

# TERAPIAS COMPLEMENTARES NO CURSO DE ENFERMAGEM: VISÃO DE DOCENTES E DISCENTES NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM SAÚDE

IARA ALVES FEITOZA SANGI  
MARIA FRANÇINETE DE OLIVEIRA  
CLÉLIA ALBINO SIMPSON  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, NATAL, RN, BRASIL  
iafs272@hotmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

O ser humano, ao longo de sua história, sempre buscou explicações para o processo de adoecimento. No princípio buscava-se na natureza a prevenção e a cura. A este respeito, Hipócrates o pai da medicina, descrevia saúde como um estado de harmonia e equilíbrio entre o ser humano e seu ambiente. Este conceito se manteve até a Idade Média, sendo modificado a partir do catolicismo que entendia a doença como um castigo dado por Deus devido ao pecado. (TROVO, SILVA e LEÃO, 2009).

A medida que a humanidade vai se tornando cada vez mais complexa vai mudando também a forma de perceber, prevenir e tratar as doenças. No contexto atual fala-se na saúde e na doença da mesma, evidenciando-se as limitações do modelo biomédico retratadas nas mortes provocadas por remédios, exames e cirurgias. Um conjunto de distorções abala a confiança nos médicos e expõe a crise sem precedentes por que passa a medicina. Nota-se ainda outra crise paralela a isso quando se visualiza a colocação do Brasil no ranking dos cinco países que mais consomem medicamentos no mundo e substâncias venenosas na agropecuárias (KLIASS, 2012).

Segundo Tsuchiya e Nascimento (2002), essas mudanças devem-se ao fato de que os fundamentos que caracterizam o modelo biomédico, no qual predominam o mecanicismo, empirismo, determinismo e a fragmentação, influenciam o olhar de profissionais da saúde, favorecendo a negligência de uma visão integral do ser humano. É bem verdade que para a ciência ter credibilidade e aceitação precisa ser validada. Neste sentido, o processo de fragmentar permite analisar a essência. Todavia, não se deve esquecer a grandeza do todo onde o fragmento está inserido. Neste contexto, é lastimável perceber que com o passar dos anos a relação pessoa/natureza fragmenta-se como se pudessem ser compreendidas de modo não associado (BARRETO, 2011).

As práticas culturais para a saúde, muito utilizadas pelas populações, com o avanço das ciências foram ficando esquecidas, uma vez que fogem da racionalidade do modelo médico da medicina especializada, tecnológica e mercantilizada. Com isso, passa-se a negar todos os métodos terapêuticos que não podem ser comprovados cientificamente. O ser humano passa a ser recortado, para melhor ser analisado e criam-se protocolos e cartilhas sistematizadas como forma de garantir um padrão de atenção. Porém não se deve esquecer que nenhum ser humano é igual ao outro, havendo assim, diversos fatores que interferem na sistematização. (BOSCO FILHO, 2010)

Barros e Tovey (2007) salienta que nas décadas de 1960 e 1970 houve um aumento significativo na busca por terapias complementares. Entretanto, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), até 1970 dois terços da população mundial ainda usava suas práticas culturais de saúde como único modelo de prevenção e cura. Como forma de garantir “Saúde para todos no ano 2000”, esta instituição em sua 30ª Assembleia ( Alma Ata, 1978), reconheceu pela primeira vez as terapias alternativas e tradicionais de países e povos, na implementação de atendimentos básicos em saúde. (BRASIL, 2009)

No Brasil, o Ministério da Saúde, com o objetivo de conhecer a amplitude da utilização das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) no SUS, realizou, em 2004, uma pesquisa diagnóstica envolvendo 5560 municípios. Destes, apenas 1342 responderam ao

questionário e em 232 detectou-se algumas PICS. As mais frequentes, em ordem decrescente, foram: práticas complementares, fitoterapia, homeopatia, acupuntura (34,9) e medicina antroposófica (BRASIL, 2011). Com base neste diagnóstico, no ano de 2006 o Ministério da Saúde, pela portaria GM nº 971/2006 de 03 de maio, aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde.

O Rio Grande do Norte após a consolidação da PNPIC foi o sexto estado brasileiro a publicar sob a Portaria 274/GS, de 27 de junho de 2011 a Política Estadual de Práticas Integrativas e Complementares (PEPIC). Nesta Política são consideradas: Medicina Tradicional Chinesa – Acupuntura; Homeopatia; Plantas Medicinais e Fitoterapia; Termalismo – Crenoterapia; Medicina Antroposófica; Práticas Corporais Transdisciplinares e Vivências Lúdicas Integrativas (DOE, 2011). A II Diretriz preconiza a implantação e apoio a projetos de Educação Permanente em Saúde- EPS, incrementando a capacidade técnica de profissionais consonantes com as Práticas Integrativas e Complementares. No terceiro parágrafo da Estratégia II encontramos a importância de estimular as Universidades a serem espaços de referência estadual para expansão das PIC na formação em saúde (DOE, 2011). Neste contexto se faz necessário a formação de profissionais capazes de atuar em um sistema de saúde condizente com as demandas sociais.

A Conselho Federal de Enfermagem –COFEN- com a portaria 197/97 reconheceu e estabeleceu as terapias integrativas como especialidade e qualificação do nível superior, mediante conclusão e aprovação em cursos reconhecidos em instituição de ensino com duração mínima de 360h. Diante deste panorama cabe ressaltar a relevância deste tema para área, uma vez que o Ministério da Saúde tem incentivado e chamado os estados e municípios a cadastrarem projetos e propostas (edital de chamamento público nº 5) para o fortalecimento da PNPIC no Brasil. Este visa subsidiar o que a Política Nacional de Atenção Básica preconiza construindo assim, uma prática integralizada e ampliada conforme os princípios do SUS. (BOSCO FILHO, 2010).

A enfermagem em sua essência visa o cuidar de forma integral, neste sentido o conhecimentos adquiridos com as práticas integrativas propicia ao segmento dos pacientes/usuários uma abordagem e acolhimento por parte dos profissionais mais humanizado, uma vez que um dos princípios básicos é o autoconhecimento, este por sua vez conduz a uma exploração maior do outros sentidos. Visto que só conseguimos aguçar os outros sentidos quando fechamos os olhos. Os olhos do preconceito, da rotulação, da primeira impressão, etc.

Diante do exposto, torna-se essencial compreender como os cursos de graduação em Enfermagem inserem o tema em questão na formação do futuro profissional da área. Portanto, o objetivo deste estudo foi o de verificar como a disciplina/componente curricular de Terapias Complementares e Integrativas tem sido inserida nos cursos de graduação em Enfermagem no Brasil, no âmbito da produção acadêmica científica, vislumbrando identificar a aceitação, limitações e facilidades da implantação da disciplina de Terapias Complementares por docentes, discentes, por meio de uma revisão integrativa.

## **2 METODOLOGIA**

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica integrativa, obedecendo aos passos inerentes a mesma. Foi formulada a partir de uma questão norteadora, que desencadeou um processo de busca em bases de dados, seguidos por categorizações. Os dados foram coletados no período de fevereiro a março de 2013, nas seguintes fontes: Scielo, BVS – Biblioteca Virtual da Saúde, Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências em Saúde (LILACS), Medical Literature Analysis and Retrieval System on-line (Medline), utilizando-se os descritores na língua portuguesa: terapias complementares, terapias integrativas, enfermagem, e formação. Como critérios de inclusão adotou-se: todos os artigos publicados de 1970 a março de 2013, em português que retratassem a temática.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A amostra final desta revisão foi constituída por seis artigos produzidos entre os anos de 1992 e 2007, sob os critérios de inclusão previamente estabelecidos. As especificações de cada um dos artigos estão dispostas em quadros. O quadro 1 apresenta-se os dados referentes ao número, título, revista, ano, indexação e autores. No quadro 2 estão os objetivos, metodologias e conclusões.

**Quadro 1 – Demonstrativo dos títulos, revistas , ano, indexação e autores**

Nº	Título	Revista Ano Publicação Indexação Autores
01	Repensando Paradigmas de Saúde: Ensinando e Aprendendo Terapêuticas para ser Saudável.	Texto e Contexto Enfermagem 1992 Bireme-BT Patrício, Z, M; Saupe, R.
02	Métodos Terapêuticos Alternativos: Entendimento e Opinião de alunos de Enfermagem	Revista Ciência Saúde. 1993 Bireme- Biblioteca de Ciências da Saúde – UFPR Savi J, L; Saupe, R; Patricio, Z M; Silva, L, M, E.
03	Introdução à discussão sobre o ensino de práticas alternativas em saúde	Saúde Debate 1996 Bireme- Biblioteca de Ciências da Saúde – UFPR. Servalle, L; Boog, M, C, F.
04	Terapias Alternativas/ Complementares No Ensino Público E Privado: Análise do Conhecimento dos Acadêmicos de Enfermagem	Revista latina Americana de Enfermagem 2003 Bireme/LILACS Trovo, M, M. Silva, M, J,P; Leão, E, R.
05	Terapias alternativas / complementares - a visão do graduando de enfermagem.	Revista Escola Enfermagem USP 2002 Bireme Trovó MM, Silva MJP.
06	O Ensino Das Terapias Alternativas E Complementars Em Escolas De Enfermagem	Revista Gaucha de Enfermagem 2007 Bireme Barros NF, Tovey P.

**Quadro 2 - Demonstrativo das produções encontradas sobre a temática**

Nº	Objetivos	Metodologias	Resultados Conclusões
1	Relatar a experiência de implantação da disciplina de “Métodos Terapêuticos Alternativos” no curso de graduação em enfermagem na Universidade Federal	Narrativas do sujeito vivenciado nas discussões de docentes no processo de reestruturação e avaliação da grade curricular do curso de	Observou-se que a aceitação da disciplina de Métodos terapêuticos Alternativos pelos alunos está relacionada com as crenças dos mesmos em relação com o processo adoecer/curar. Notou-se ainda que os métodos terapêuticos cujo o professor realiza as demonstrações nos próprios alunos com resultados positivos e imediatos recebem maior crédito por parte dos alunos.

	se Santa Catarina, baseando-se no referencial dos paradigmas de saúde.	enfermagem.	Destaca-se ainda que a disciplina tem propiciado aos alunos um espaço para entrar em contato com outros paradigmas de saúde. Tais práticas conferem ao enfermeiro a possibilidade de um cuidar holístico relacionando ambiente físico, sociocultural e relações constantes. Para os autores essas práticas fundamenta-se no princípio de saber cuidar de si, para saber cuidar do outro, principalmente recomendadas para os profissionais da enfermagem que estão expostos a agressões físicas, psicossociais, da política vigente, da situação de vida que temos neste país.
2	Verificar o entendimento e opinião dos alunos, sobre os conteúdos desenvolvidos como alternativas terapêuticas.	Ao termino das aulas solicitou-se aos alunos que escrevessem depoimentos escritos sobre as terapêuticas apresentadas e discutidas em sala de aula.	Foram coletados 367 depoimentos, distribuídos em onze terapêuticas, apresentando uma média de trinta e três alunos por terapêutica estudada. Apesar do crescente interesse e curiosidade na disciplina de Métodos terapêuticos alternativos, sua incorporação e utilização na assistência Institucionalizada ainda representa um grande desafio.
03	Relatar a experiência do departamento de enfermagem da FCM/UNICAMP, durante os 8 últimos anos, no processo de incorporação do conhecimento das terapias alternativas no ensino da área da saúde, a partir de um referencial teórico baseado na abordagem holística.	Descrever métodos e resultados obtidos que permita que se proceda estudos comparativos entre sistemas terapêuticos baseados em abordagens distintas.	Considerando as recomendações de órgãos oficiais cabe a universidade a responsabilidade de introduzir esse tema. Destaca dois aspectos importantes: a atitude favorável para implantação das práticas e habilitação para sua utilização. Alerta para o fato das universidades não se abrirem a pesquisa e ensino das práticas, não impede delas continuarem a ser ensinadas por entidades não oficiais a pessoas sem habilitação para exercê-las. As conclusões indicam a necessidade de se diversificar à abordagem teórica no processo de ensino, pesquisa e assistência em nossas instituições na área de saúde. Recomenda investigar os critérios que estabelecem a formação básica nas instituições e conclui ressaltando que não se pode permitir que uma falsa cientificidade sirva de empecilho ao alívio da dor, quando os males não respondem aos tratamentos convencionais.
4	Discutir o conhecimento e utilização das terapias complementares por	Estudo exploratório, descritivo, transversal e de campo. Amostra:	Verificou-se com este estudo que apesar de muitas instituições oferecerem estes conteúdos, os acadêmicos ressaltam que a maior parte do conhecimento é adquirido extramuros acadêmicos. Que a prática mais

	acadêmicos de enfermagem, verificar se os acadêmicos de enfermagem, de escolas que oferecem as terapias alternativas/complementares como conteúdo obrigatório ou optativo em seu curso, sabem do caráter legal desse tipo de assistência.	178 alunos regularmente matriculados no curso de graduação responderam a um questionário distribuído de forma equitativa, entre alunos das quatro séries.	conhecida neste estudo foi a dos florais, mas acredita-se que isto devido ao curso oferecido pela própria universidade. Mais uma vez chama a atenção o desconhecimento dos alunos sobre o respaldo legal. O autor traz uma reflexão se estes alunos não conhecem os seus direitos, será que estão conscientes dos seus deveres profissionais? Como se pode lutar para que o enfermeiro participe do mercado das práticas integrativas, se não possui conhecimento necessário para sua atuação? O artigo ressalta ainda o fundamental papel da enfermagem com o uso das praticas, uma vez, que está em constante contato com a população tendo a oportunidade de educá-la e esclarecê-la quanto ao uso destas práticas.
5	Verificar se os graduandos de Enfermagem conhecem Terapias Alternativas/ Complementares (TA), se esse conhecimento é adquirido, durante a graduação, e se utilizam ou recomendam seu uso.	Os dados foram coletados de 96 alunos, dos 4 anos de graduação distribuídos equitativamente, de maneira que equivalassem a 30% dos alunos de cada ano.	Verificou-se que 93,73% conhecem as T.A., e novamente que tal conhecimento não é adquirido em grande parte durante a graduação, mas principalmente por meio do senso popular e que, embora a maioria (86,46%) recomende seu uso, sobretudo por acreditar na sua eficácia, apenas cerca de um terço as utilizam. Este artigo concorda com o fato relatado nesta tabela anteriormente, que o fato da medicina tradicional rejeitar tais práticas, elas continuam sendo utilizadas por grande parte da população para alívio do sofrimento, destaca o desconhecimento por parte dos acadêmicos sobre o respaldo legal. Comprova a importância do enfermeiro junto à população como educador, destaca ainda que quando o SUS em 2006 implantou as PIC's em postos de saúde contribuiu para o aumento da resolutividade do sistema. Relata a falta de conhecimento dos estudantes sobre o respaldo legal e destaca a relevância destas práticas para a enfermagem, bem como coloca a subutilização deste profissional na assistência primária.
6	Explorar o ensino das TAC em cinco escolas de enfermagem do Estado de São Paulo.	Entrevistas em profundidade com responsáveis pelos cursos ,discute-se: suas características sociológicas, o	Este artigo como no primeiro desta tabela propõe a necessidade de produzir um novo paradigma que integre a diferença no campo de saúde. Reforça a importância e identidade das práticas com a enfermagem e fundamenta-se na sugestão de Nightingale e Marta Rogers (teorista de enfermagem) que incluía em seus textos o

		formato, as justificativas e as estratégias para iniciar e manter os cursos.	uso do frio, calor, massagens. Adverte para uma alternativa para melhorar a autonomia, autocuidado, autopercepção, qualidade de vida, que são comprovadas por docentes pioneiros no ensino das PIC's no Brasil. Este debate é fundamental para o campo da saúde em geral, e para a área da enfermagem em particular, pois a tendência internacional mostra incremento destas questões na formação e prática profissionais.
--	--	------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Como vimos anteriormente no texto o uso das terapias complementares possui todo um respaldo legal para sua utilização, porém a sua introdução nos currículos muitas vezes encontra resistência pela academia, como vemos no artigo de Patrício e Saue (1992).

Observou-se nos artigos 3, 4 e 5 um desconhecimento dos acadêmicos do respaldo legal. O artigo 4 coloca uma pertinente reflexão: será que esses profissionais que não conhecem os seus direitos estão preparados para assumir seus deveres? O artigo 3 e 5 alerta para o fato da academia se fechar para o ensino das PIC's, não impede da população continuar utilizando e que continuem a ser ensinadas por órgãos não oficiais. Todos os artigos concordam com o fato da enfermagem possuir grande identidade, alcance de melhores resultados, avanço na busca por assegurar a integralidade da atenção, qualidade e humanização do atendimento. Pontua ainda como um campo de autonomia para o enfermeiro, para melhorar a qualidade de vida dos pacientes, bem como uma melhor interação com a equipe multidisciplinar.

O artigo 3 coloca uma importante reflexão, que é inadmissível que no recinto erudito da academia uma falsa cientificidade se constitua empecilho ao alívio da dor e cura de males quando estes não respondem a tratamentos convencionais, ou simplesmente optem por qualquer motivos por linhas de tratamentos complementares.

Concomitantemente, o artigo 3 relatou em seu estudo, que foi incorporado ao Departamento de Enfermagem da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP, baseado em um referencial teórico holístico, o processo de inserção da disciplina na grade curricular que se iniciou com uma aula com duração de três horas sobre o tema de 1987 a 1991. Em 1989 foi oferecido curso de extensão de 35h. Houve um grande interesse principalmente pela aula de Fitoterapia. Os autores destaca ainda, o fato dessas práticas complementares estarem a margem do currículo habitual e por isso são consideradas não científicas e por não serem científicas não podem ser objetos de pesquisa. Além disso, e que maior parte dos alunos não conhece o respaldo legal do COFEN/COREN para a utilização destes métodos.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pode-se perceber no decorrer deste estudo que é escassa a produção sobre o tema em questão e reflete a forma lenta, porém, gradual em que os cursos de enfermagem no Brasil vem inserindo conteúdo sobre práticas integrativas e complementares na grade curricular. Apesar das recomendações dos órgãos oficiais a incorporação destas, ainda sofrem preconceito mesmo no recinto da academia. Este estudo contribuiu para traçar uma série histórica da inserção e sistematização da disciplina de terapias complementares nos cursos de enfermagem no Brasil. Cabe destacar aqui que os estudos publicados sobre esta temática concentram-se nas regiões sudeste e sul do país, sendo esta revisão uma contribuição importante para região Nordeste, que possui em sua cultura o uso de muitas práticas integrativas, bem como dois estados (CE, RN), com publicações de suas portarias estaduais regulamentando o uso das PIC's. Evidencia-se ainda uma grande identificação destas práticas

com o exercício profissional da enfermagem fundamentado e recomendado nas teorias de enfermagem (Naghtingale e Rogers). Observou-se a deficiência na organização dos planos de ensino nas universidades ( cabe salientar que este estudo limitou-se aos artigos, não visualizando nenhum plano de ensino das universidades em questão) e delimitação dos conteúdos abordados. Serviu ainda para verificar que poucos estudos têm sido feitos sobre esse tema, entretanto estes mostram que este fato não se deve a relevância do tema para área, mas ao pouco incentivo das universidades ao tema. Verificou-se ainda que os pacientes/sociedade são os mais beneficiados com os conhecimentos destas pelos enfermeiros, uma vez que estão mais próximos podendo educar/esclarecer sobre a forma de utilização (benéfica ou não) das práticas integrativas.

Considerando as recomendações de órgãos oficiais de incorporação destas práticas na assistência e cuidado com a saúde, é mister que as instituições de nível superior assumam a responsabilidade de introduzir essa temática, bem como incentivar a divulgação, propiciar um ambiente para pesquisas e esclarecer sobre a possibilidade de especialização nessa área já aprovada pelo COFEN desde 1997.

## REFERÊNCIAS

- BARROS, Nelson Filice; TOVEY, Philip. O ensino das terapias alternativas e complementares em escolas de enfermagem. **Revista Gaúcha De Enfermagem**, Rio Grande Do Sul, v. 28, n. 2, p.207-214, jun. 2007.
- BARRETO, Alexandre Franca (Org.). **Integralidade e Saúde: epistemologia, política e prática de cuidado**. Recife: Universitária- Ufpe, 2011. 192 p.
- BORGES, A.M. et al .Inserção das Terapias Complementares no Sistema Único de Saúde visando o Cuidado Integral na Assistência. Pelotas, RS. **Enfermería Global**, v. 16, maio 2001.
- BOSCO FILHO, João. **As Lições do Vivo: A Natureza e as Ciências da Vida**. 2010. 1 v. Tese (Doutorado em Educação) – Departamento de Educação, Universidade Federal do Rio Grande Do Norte, Nata, RN. 2010.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à saúde. **Relatório de Gestão 2006/2010: Práticas Integrativas e Complementares no SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Relatório do 1º seminário Internacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde – PNPIC**. Brasília, DF. 2009.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS**. Brasília, DF. 2006.
- BUÓGO, Miriam et al. O cuidado e o ensino das práticas integrativas: relato de experiência. **Rev Bras Med Fam Comunidade**., Porto Alegre – Rs., n. , p.01-01, jun. 2012.
- CARVALHO, Ana Cecília Bezerra et al. **Regulation of herbal medicines in Brazil: advances and perspectives**. Bjps, Brasilia-df, v. 47, n. 3, p.279-288, ago. 2011.
- Diário Oficial do Estado-DOE nº de 12.488. **Portaria da Política Estadual de Práticas Integrativas Complementares - PEPIC/RN** (Portaria274/GS de 27 de junho de 2011).
- Diário Oficial do Estado-DOE nº de 12.488. **Portaria da Política Estadual de Práticas Integrativas Complementares - PEPIC/RN** (Portaria274/GS de 27 de junho de 2011).
- GAVIN, Rejane Ospedal Salomão; OLIVEIRA, Maria Helena Pessini de; GHERARDI-DONATO, Edilaine Cristina da Silva. Terapias alternativas complementares:: uma visão do conhecimento dos acadêmicos de enfermagem. **Cienc Cuid Saude**, Ribeirão preto -sp, v. 4, n. 9, p.760-765, out. 2010.
- KLIASS, Paulo. **Paraíso dos agrotóxicos: o inferno é aqui mesmo!** 2012. Disponível em: [www.cartamaior.com.br](http://www.cartamaior.com.br) Acesso em: 31 out. 2012.
- MADEIRA, Maria Zélia de Araújo; LIMA, Maria da Glória Soares Barbosa. A prática pedagógica das professoras de enfermagem e os saberes. **Rev. Bras. Enferm**, Teresina, Pi, v. 04, n. 60, p.400-404, jun. 2007.

MORAIS, Jomar. A Medicina Doente. São Paulo: Revista Super Interessante. Editora Abril S.a, 2001.

PATRÍCIO, Zuleica M.; SOUPE, Rosita. Repensando paradigmas de saúde: ensinando e aprendendo terapêuticas alternativas para ser saudável. **Texto & Contexto Enfermagem**, São Paulo, v. 1, n. 2, p.142-151, 1992.

PENNAFORT, Viviane Peixoto Dos Santos et al. Práticas integrativas e o empoderamento da enfermagem. **Reme – Rev. Min. Enferm.**, Porto Alegre – Rs., v. 2, n. 16, p.289-295, jun. 2012.

RODRIGUES, Malvina Thaís Pacheco; MENDES SOBRINHO, José Augusto de Carvalho. Enfermeiro professor: um diálogo com a formação pedagógica / Nurse-teacher: a dialogue with pedagogical education. **Rev. Bras. Enferm**, Teresina, Pi, v. 04, n. 60, p.456-459, jun. 2007.

SAVI, Jackçon Lai et al. Métodos terapêuticos alternativos: entendimento e opinião de alunos de enfermagem. **Revista Ciência Saúde**, Curitiba-pr, v. 12, n. 02, p.35-43, 1993.

SERVALE, Luiza; BOOG, Maria Cristina Faber. Introdução à discussão sobre o ensino de práticas alternativas em saúde. **Saúde Debate**, Campinas, v. 51, n. 06, p.82-88, jun. 1996.

TROVO, Monica Martins; SILVA, Maria Júlia Paes da; LEÃO, Eliseth Ribeiro. Terapias Alternativas / Complementares no Ensino Público e Privado : Análise do Conhecimento dos Acadêmicos de Enfermagem. **Rev. Latino-am. Enfermagem**, Ribeirão preto, v. 04, n. 11, p.483-489, ago. 2003.

TSUCHIYA, Kátia Kaori; NASCIMENTO, Maria de Jesus Pereira do. Terapias complementares: uma proposta para atuação do enfermeiro. **Rev Enferm Unisa**, Santo Amaro- São Paulo, v. 1, n. 3, p.37-42, 2002.

Av. Rio grande do Sul, 22. Cidade da Esperança. Natal/RN. CEP. 59071-300.